



REGULAMENTO INTERNO

Lar Residencial

Lista de Revisões

Revisão N.º	Tipo de Revisão	Página (s)	Data
0	Elaboração Inicial	Todas	Fevereiro 2017
1	Revisão nos critérios das comparticipações familiares	17	Abril 2018

**Índice**

CAPÍTULO I	5
DENOMINAÇÃO E FINS DO LAR RESIDENCIAL	5
Artigo 1.º	5
(Âmbito de aplicação)	5
Artigo 2.º	5
(Legislação Aplicável)	5
(Objetivos do Regulamento)	6
Artigo 4.º	6
(Missão e Objectivos)	6
Artigo 5.º	8
(Serviços e Atividades Desenvolvidas)	8
Artigo 6.º	9
(Capacidade Instalada do Lar Residencial)	9
CAPÍTULO II	9
PROCESSO DE ADMISSÃO	9
Artigo 7.º	9
(Condições de Admissão)	9
Artigo 8.º	9
(Critérios de Admissão)	9
Artigo 9.º	10
(Processo de Candidatura)	10
Artigo 10.º	11
(Base de Dados de Inscrições)	11
Artigo 11.º	11
(Admissão)	11
Artigo 12.º	12
(Acolhimento do Utente no Lar Residencial)	12
Artigo 13.º	13
(Período Experimental)	13
Artigo 14.º	13
(Alojamento dos Utentes)	13
Secção II	13
Relações Contratuais	13
Artigo 15.º	13
(Registo dos Utentes)	13
Artigo 16.º	13
(Contrato de Prestação de Serviços)	13
Artigo 17.º	14
(Comunicações)	14
Artigo 18.º	14
(Processo Individual de Utente)	14
CAPÍTULO III	15
COMPARTICIPAÇÕES	15
Artigo 19.º	15
(Determinação da Comparticipação)	15



Artigo 20.º	17
(Cálculo do Rendimento Per Capita)	17
Artigo 21.º	17
(Prova dos rendimentos e despesas do Agregado Familiar)	17
Subsecção I	18
Comparticipação financeira de Utentes Abrangidos pelo Acordo de Cooperação	18
Artigo 22.º	18
(Comparticipação do Utente)	18
Artigo 23.º	19
(Conceitos)	19
Subsecção II	20
Comparticipação financeira de Utentes Não Abrangidos pelo Acordo de Cooperação	20
CAPÍTULO IV	21
CONDIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO	21
Artigo 24.º	21
(Horário de Funcionamento)	21
Artigo 25.º	21
(Paridade e Local de Alimentação)	21
Artigo 26.º	21
(Proibição de outros alimentos)	21
Artigo 27.º	22
(Visitas)	22
Artigo 28.º	22
(Saídas ou pedidos de licença ou dispensa)	22
Artigo 29.º	22
(Condições de Alojamento)	22
Artigo 30.º	22
(Passeios e deslocações)	22
Artigo 31.º	23
(Bens e Contas Correntes)	23
Artigo 32.º	23
(Responsabilidade)	23
Artigo 33.º	23
(Famíliares e/ou Responsáveis pelos Utentes)	23
Artigo 34.º	24
(Direitos dos Utentes)	24
Artigo 35.º	24
(Deveres dos Utentes)	24
Artigo 36.º	25
(Direitos da Misericórdia)	25
Artigo 37.º	25
(Deveres da Misericórdia)	25
Artigo 38.º	25
(Responsável)	25
CAPÍTULO V	26
DA DISCIPLINA E CESSAÇÃO DE SERVIÇOS	26
Artigo 39.º	26
(Sanções/Procedimentos)	26
Artigo 40.º	27
(Cessação da Prestação de Serviços)	27
CAPÍTULO VI	28



PESSOAL	28
DISPOSIÇÕES GERAIS	28
Artigo 41.º	28
(Quadro de Pessoal)	28
Artigo 42.º	28
(Direção Técnica)	28
Artigo 43.º	29
(Deveres Gerais dos (as) Funcionários (as))	29
Artigo 44.º	29
(Direitos Gerais dos (as) Funcionários (as))	29
CAPÍTULO VII	30
CULTO	30
Artigo 45.º	30
(Culto Católico)	30
Artigo 46.º	30
(Religiosões)	30
CAPÍTULO VIII	30
FUNERAL	30
Artigo 47.º	30
(Custeamento do Funeral e Sufrágios)	30
Artigo 48.º	30
(Atos Fúnebres)	30
CAPÍTULO IX	31
VESTUÁRIO, VALORES E ESPÓLIO	31
Artigo 49.º	31
(Roupa e Haveres Pessoais)	31
Artigo 50.º	31
(Enxovais e Valores)	31
Artigo 51.º	31
(Devolução de Bens Pessoais)	31
CAPÍTULO IX	32
DISPOSIÇÕES FINAIS	32
Artigo 52.º	32
(Alterações ao Regulamento)	32
Artigo 53.º	32
(Integração de Lacunas)	32
Artigo 54.º	32
(Disposições Complementares)	32
Artigo 55.º	32
(Livro de Reclamações)	32
Artigo 56.º	33
(Entrada em Vigor)	33
Artigo 57.º	33
(Aprovação, Edição e Revisões)	33



Regulamento Interno LAR RESIDENCIAL



Artigo 1.º (Âmbito de aplicação)

O presente Regulamento contém as normas que disciplinam a frequência, pelos respetivos Utentes, da resposta social Lar Residencial destinados a pessoas com deficiência da Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, sito em Rua da Gandarada, Cruz de Vila Nova, 3450-337 Mortágua doravante abreviadamente designadas, respetivamente, por LRE e Misericórdia.

O Lar Residencial, tem acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social de Viseu, desde 05/12/2013.

A visão da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua é ser uma Instituição de referência a nível regional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos.

A Misericórdia tem como missão prestar serviços de excelência a nível da área social, da educação, da saúde e da reabilitação promovendo a melhoria contínua da qualidade de vida da População, pautando-se pelos seguintes valores:

Equidade - Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa.

Ética - Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno.

Rigor e Transparência - Consolidar o rigor Institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes.

Qualidade e Eficiência - Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.

Artigo 2.º (Legislação Aplicável)

O Lar Residencial é uma resposta social para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade, de idade igual ou superior a 16 anos. Que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar.

Rege-se pelo estipulado:

- o Decreto-Lei nº172-A/2014, de 14 de Novembro Aprova o Estatuto das IPSS;
- o Despacho Normativo nº75/92, de 20 de Maio – Regula o regime jurídico de cooperação entre as IPSS e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social;



- o Na portaria nº59/2015 de 02 de Março, que define as condições de organização funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais destinados a pessoas com deficiência e incapacidade designados por lar residencial e residência autónoma,
- o Decreto-Lei nº33/2014, de 04 de Março – Define as condições de organização, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional;
- o Nas Circulares de Orientação Técnica nº4 e 5 acordadas em sede de CNAAPAC
- o No Protocolo de Cooperação em vigor;
- o Portaria nº196-A/2015 de 01 de Julho, define os critérios, as regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre ISS,IP e as IPSS'S;
- o No Contrato Coletivo de Trabalho para as Misericórdias.

Artigo 3.º (Objetivos do Regulamento)

O presente Regulamento Interno de Funcionamento visa:

- o Promover o respeito pelos direitos dos utentes e demais interessados;
- o Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do equipamento/estrutura prestadora de serviços;
- o Promover a participação ativa de todos os utentes ou seus representantes ao nível da gestão da resposta social.

Artigo 4.º (Missão e Objectivos)

O Lar Residencial, é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que se destina a pessoas com deficiência e/ou incapacidade de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 16 anos, à data de admissão, cujas capacidades não permitem, temporária ou permanentemente, ter acesso aos cuidados essenciais para a sua segurança e bem-estar.

O LRE tem por missão ser uma «casa de família» dos seus utentes, que, necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia e integração social.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão do LRE os princípios da dignidade humana, da família como célula fundamental da sociedade, da co-responsabilidade, da entreaajuda e participação, da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da tolerância e da informação.

O Lar Residencial, nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:



- a) Disponibilizar alojamento e apoio residencial permanente ou temporário;
- b) Promover condições de vida e de ocupação que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida adequadas às necessidades específicas dos seus destinatários;
- c) Promover estratégias de reforço da autoestima, da valorização e de autonomia pessoal e social;
- d) Assegurar condições de estabilidade aos utentes, reforçando a sua capacidade autonómica para a organização das atividades da vida diária;
- e) Prestar apoio na integração escolar, em centros de atividades ocupacionais, na formação profissional, no emprego protegido ou no acesso ao mercado normal de trabalho;
- f) Privilegiar a integração com a família e com a comunidade, no sentido da respetiva integração social;
- g) Proporcionar o bem-estar físico e psicológico necessário ao equilíbrio global, de acordo com as necessidades individuais de cada utente;
- h) Proporcionar atividades de âmbito terapêutico, de modo a promover o bem-estar biopsicossocial dos utentes;
- i) Promover formas de entretenimento e lazer;
- j) Fomentar a autorrepresentação possibilitando a sua participação ativa nas decisões de carácter pessoal;

O Lar Residencial, nas suas atuações, tem como princípios norteadores:

- a) A harmonia entre os hábitos e os costumes que traduzem a história de cada utente preservando a sua individualidade e privacidade;
- b) A ligação dos utentes com os seus familiares, amigos e comunidade, como desenvolvimento de uma vida afetiva, estimulante e equilibrada;
- c) A procura permanente de soluções que possam complementar o acolhimento, desde que tenham o acordo do utente e seus familiares;
- d) A participação dos utentes na organização e na vida do LRE, como pessoas portadoras de um projeto de vida com capacidade de iniciativa e criatividade;
- e) O convívio entre os utentes e destes com outros grupos, favorecendo uma participação efetiva na vida da comunidade;
- f) A concretização de atividades individuais ou de grupo, em correspondência com os interesses manifestados pelos utentes, possibilitando um projeto de vida com qualidade;
- g) Articulação com os serviços de saúde, que permita uma correta ação preventiva e uma adequada resposta em caso de doença.



Artigo 5.º (Serviços e Atividades Desenvolvidas)

Para concretizar os objetivos supra referidos, o Lar Residencial assegurará:

- a) Alojamento (temporário ou permanente);
- b) Alimentação adequada às necessidades dos residentes, respeitando as prescrições médicas;
- c) Apoio nos cuidados de higiene pessoal;
- d) Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- e) Tratamento de roupa;
- f) Apoio no cumprimento de planos individuais de medicação e no planeamento e acompanhamento regular de consultas médicas e outros cuidados de saúde;
- g) Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar;
- h) Proporciona atividades desportivas, de animação sociocultural e lúdico – recreativas;

O Lar Residencial em articulação com o C.A.O. realiza ainda as seguintes atividades:

- a) **Atividades Estritamente Ocupacionais** – Promovem a manutenção e o desenvolvimento de competências, atividades que visam manter a pessoa ativa e interessada, favorecendo o seu equilíbrio e bem-estar físico, emocional e social.
- b) **Atividades de Desenvolvimento Pessoal e Social** - visam promover as competências de relacionamento interpessoal e autodeterminação/autonomia, o bem-estar e a cidadania, até ao máximo potencial do utente São atividades dinâmicas.
- c) **Atividades Lúdico-Terapêuticas** – Visam desenvolver a ativação físico-funcional e a estimulação sensorial e cognitiva com o objetivo de promover o bem-estar físico e psicológico dos utentes, até ao máximo potencial do utente.
- d) **Atividades Sócio- culturais** - São atividades que proporcionam ao individuo momentos de lazer e enriquecimento cultural e pessoal. Promovem vivências de novas experiências e vivências e proporcionam momentos de bem-estar.
- e) **Atividades Socialmente úteis**- Atividades que proporcionam a valorização pessoal e o máximo aproveitamento das capacidades e potencial da pessoa, no sentido da sua autonomia.

O Lar Residencial pode, ainda, disponibilizar outro tipo de serviços não abrangidos pela mensalidade, e que devem ser pagos mediante a tabela de preços em vigor, sempre que existam custos adicionais inerentes a realização das atividades:



- a) Acompanhamento a cuidados de saúde;
- b) Aquisição de bens e serviços (fraldas, resguardos);
- c) Atividades Lúdico-recreativas
- d) Transporte.

Artigo 6.º (Capacidade Instalada do Lar Residencial)

O Lar Residencial tem uma capacidade para 24 utentes de ambos os sexos e acordo de cooperação para 22.

CAPÍTULO II**PROCESSO DE ADMISSÃO****Artigo 7.º (Condições de Admissão)**

1. São condições de admissão do candidato:

- 1.1) Indivíduos com deficiência, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 16 anos até aos 65 anos;
- 1.2) Concordância clara do candidato de quer ingressar no LRE ou de quem o represente;
- 1.3) Concordância do candidato e da família com os princípios, valores e as normas regulamentares da Misericórdia.

O LRE pode admitir temporariamente e com carácter de exceção, pessoas com idade inferior a 16 anos, em situação de emergência, devidamente justificado, e quando se encontrem esgotadas as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas.

Artigo 8.º (Critérios de Admissão)

A admissão dos utentes será feita de acordo com os seguintes critérios:

Critério	Pontuação	Ponderação
Pessoa economicamente e socialmente desfavorecida	3 pontos	20%
Grau de Deficiência	Deficiência ligeira- 1 ponto Deficiência moderada/grave-2 pontos	20%



Indisponibilidade e/ou apoio/retaguarda	2 pontos	20%
Ser irmão/Benfeitor/Voluntário da Misericórdia	+ de 20 anos-4 pontos Entre 19 a 10 anos- 3 pontos Entre 9 a 1 ano- 2 pontos Menos de 1 ano- 1 ponto	15%
Ser utente da Misericórdia noutras respostas/sociais serviços	Respostas sociais-2 pontos Serviços- 1 ponto	15%
Ser residente e/ou natural do Concelho de Mortágua	1 ponto	10%
Total		100%

A ordem de inscrição não constitui critério de prioridade na admissão do Utente.

2. Na aplicação destes critérios deve atender-se que o Lar Residencial procurará dar resposta prioritária a pessoas e grupos social e economicamente mais desfavorecidos, de acordo com os critérios definidos nos respetivos estatutos e regulamentos, conjugadamente garantindo a sustentabilidade da resposta social.

Artigo 9.º (Processo de Candidatura)

A organização do processo de candidatura destina-se a estudar a situação sociofamiliar do candidato, bem como informar e esclarecer sobre o Regulamento Interno, normas, princípios e valores da Misericórdia.

Os utentes e/ou seus representantes deverão dirigir-se ao (à) Diretor(a) Técnico(a) do LRE, nos respetivos dias de atendimento, mediante marcação prévia, a fim de ser elaborado um processo de inscrição individual. Deverá, nesse momento, entregar cópia dos seguintes documentos:

- Bilhete de identidade/Cartão de Cidadão;
- Cartão de Beneficiário da Segurança Social;
- Cartão de Contribuinte;
- Cartão de Saúde (SNS);
- Relatório do médico de família, com o quadro clínico/saúde do utente;
- Última Declaração de IRS e respetiva nota de liquidação;
- Declaração anual de pensões, ou na ausência de rendimentos, uma declaração comprovativa da Segurança Social;



- h) Comprovativo dos rendimentos prediais, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de Honra de não existência de rendimentos prediais;
- i) Cadernetas prediais atualizadas, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de Honra de não existência de bens imoveis;
- j) Declaração dos rendimentos de capitais, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de Honra de não existência de rendimentos de capitais;
- k) Em caso de admissão urgente, pode ser dispensada a apresentação de candidatura e respetivos documentos probatórios, devendo todavia ser desde logo iniciado o processo de obtenção dos dados em falta.

As inscrições serão aceites durante todo o ano. É obrigatória a entrega dos documentos necessários ao cálculo da mensalidade sempre que haja atualização dos seus rendimentos.

Artigo 10.º (Base de Dados de Inscrições)

A base de dados é onde serão registadas as inscrições de potenciais utentes, para posteriormente, proceder à admissão.

A lista de candidatos é atualizada anualmente. No caso em que o candidato ou o seu representante informar que não está interessado na sua manutenção na lista de candidatos o processo é arquivado, na área administrativa, por um período mínimo de um ano e consequentemente é atualizada a lista.

Quando o candidato e/ou representante informar a Instituição sobre novos factos da sua situação socioeconómica, os quais configurem alterações às condições existentes à data da sua inscrição, proceder-se-á a avaliação dos novos requisitos.

Artigo 11.º (Admissão)

A admissão passará obrigatoriamente por uma entrevista ao candidato (ou seus responsáveis) feita pelo Diretor(a) Técnico(a) destinada a estudar a situação sociofamiliar do candidato, bem como informar e esclarecer sobre o regulamento interno, normas princípios e valores da Misericórdia.

As admissões serão efetuadas pela Mesa Administrativa sob proposta da Direção Técnica sempre que haja vagas, cabendo a este órgão a decisão da admissão dos utentes e a atribuição da respetiva comparticipação mensal.

O Lar Residencial deve no ato de admissão:

- a) Prestar ao utente e/ou familiar, todos os esclarecimentos necessários à boa integração do utente, seus direitos, deveres e normas internas e quotidiano do LRE;
- b) Informar o utente e/ou responsáveis do valor da comparticipação a pagar à Misericórdia;



- c) Acordar um plano de acolhimento e de desenvolvimento individual previamente definido com os familiares, tendo em conta as suas necessidades específicas de forma a garantir uma adaptação de sucesso;
- d) Informar o utente e o seu responsável do Regulamento Interno;
- e) Elaborar a relação dos bens e valores que o utente trás consigo, a qual será assinada pelo(a) Diretor(a) Técnico(a), pelo próprio utente ou familiar, a quem será entregue um duplicado;

Será solicitado aos familiares ou aos responsáveis pelo pedido de acolhimento que assumam:

- a) A obrigação de acompanhar e apoiar a pessoa a acolher durante a estadia no LRE
- b) A responsabilidade de se providenciar pela receção do utente em caso de inadaptação, assim como em caso de cessação ou suspensão a qualquer título do respetivo contrato de alojamento e prestação de serviços;

A falta de veracidade nas informações prestadas pelos familiares ou utentes, poderá originar a não admissão do utente no equipamento ou a respetiva exclusão.

Artigo 12.º (Acolhimento do Utente no Lar Residencial)

O Programa de Acolhimento é implementado durante o período de adaptação acordado com o utente e/ou o seu representante, não devendo ser inferior a 2 meses. Neste período dar-se-á especial atenção a todas às questões relacionais, com vista a estabelecer laços de relação de proximidade, facilitadores deste processo. Na data de admissão será entregue um exemplar do manual de acolhimento ao utente/familiar responsável, o qual contempla informações sobre o funcionamento da resposta social.

As regras relativas a procedimentos no âmbito do acolhimento dos utentes são as seguintes:

No primeiro dia, estará presente o Diretor Técnico resposta social, que com um colaborador responsável pelo utente desenvolverá as seguintes funções:

- a) Apresentar o espaço que o utente habitará e facilitar a sua instalação.
- b) Apresentar a equipa de colaboradores da Instituição e respetivo conteúdo funcional;
- c) Gerir, adequar e monitorizar os primeiros serviços prestados;
- d) Avaliar as reações do utente;
- e) Prestar todos os esclarecimentos em caso de necessidade;
- f) Inventariar os bens do utente;
- g) Evidenciar a importância do suporte afetivo e emocional da família/pessoas próximas, para o bem-estar do utente na Instituição;



- h) Evidenciar a importância da participação da família/pessoas próximas do utente em todas as atividades desenvolvidas pela Instituição
- i) Recordar, sempre que se julgue necessário, as regras de funcionamento da estrutura, assim como os direitos e deveres de ambas as partes e as responsabilidades de todos os intervenientes na prestação do serviço e no bem-estar do utente.
- j) Divulgar os mecanismos de participação na organização, nomeadamente o sistema de apresentação de sugestões e reclamações.

Artigo 13.º (Período Experimental)

A admissão será feita sempre condicionada ao período experimental não superior a dois meses, quer para uma perfeita ambientação quer para observação e verificação ratificadora das condições deste regulamento.

No caso da não manutenção do contrato de prestação de serviços e alojamento durante este período, o Utente não será reembolsado das mensalidades já pagas.

Artigo 14.º (Alojamento dos Utentes)

O alojamento dos utentes será em quartos, duplos e individuais, procurando agrupá-los de forma a conseguir um bem-estar acolhedor. Quando estritamente necessário, os utentes poderão ser transferidos de quarto.

Secção II

Relações Contratuais

Artigo 15.º (Registo dos Utentes)

Deverá existir um registo de admissões dos utentes atualizado, onde conste a identificação do utente, datas de entrada, de saída, motivo e contactos a estabelecer em situações de emergência.

Artigo 16.º (Contrato de Prestação de Serviços)

O acolhimento no LRE pressupõe e decorre da celebração de um contrato de alojamento e prestação de serviços, que vigora, salvo estipulação escrita em contrário, a partir da data da admissão do utente.

As normas do presente regulamento são consideradas cláusulas contratuais a que os utentes, seus familiares/responsáveis, devem manifestar integral adesão.

É celebrado, por escrito, contrato de prestação de serviços com o utente e/ou seus familiares e quando exista com o representante legal, donde constem os direitos e as obrigações das partes. Do



contrato é entregue um exemplar ao utente e/ou seus familiares ou representante legal e arquivado outro no respetivo processo individual.

Qualquer alteração ao contrato é efetuada por mútuo acordo e assinada pelas partes.

O Regulamento Interno, salvo em casos excecionais e a pedido do Responsável, ser-lhe-á entregue via correio eletrónico.

Artigo 17.º (Comunicações)

No âmbito da relação contratual, sempre que possível e caso não exista indicação expressa em contrário, as notificações e comunicações escritas, far-se-ão através da utilização de meios eletrónicos, designadamente email, ou mensagens escritas, para a morada eletrónica ou número de telemóveis indicados para o efeito, considerando-se válidas entre as partes.

Nos casos em que seja solicitado, poderá a Misericórdia proceder ao envio dos recibos de comparticipação e declarações anuais via email, os quais serão considerados como válidos desde que acompanhados do respetivo comprovativo de liquidação.

É da exclusiva responsabilidade dos Responsáveis a comunicação de quaisquer alterações aos elementos de identificação indicados, sob pena de se considerarem como válidos os indicados, designadamente para efeitos de domiciliação de moradas.

Artigo 18.º (Processo Individual de Utente)

Para cada Utente que usufrua dos serviços prestados pelo LRE será organizado um Processo Individual e Confidencial de Utente tendo em vista conhecer o melhor possível a sua situação e acompanhar a sua evolução na instituição. Este processo é numerado e deve englobar:

a) Área Sociofamiliar:

- Ficha de inscrição;
- Ficha de admissão;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade/ Cartão do Cidadão;
- Fotocópia do cartão de contribuinte;
- Fotocópia do cartão de beneficiário da Segurança Social;
- Última Declaração de IRS e respetiva nota de liquidação;
- Declaração anual de pensões, ou na ausência de rendimentos, uma declaração comprovativa da Segurança Social;
- Comprovativo dos rendimentos prediais, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de Honra de não existência de rendimentos prediais;
- Cadernetas prediais atualizadas, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de Honra de não existência de bens imoveis;



- Declaração dos rendimentos de capitais, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de Honra de não existência de rendimentos de capitais;
- Registo da evolução da situação do Utente na instituição;
- Documento (s) comprovativo (s) da existência de despesas mensais fixas (ex. despesas com medicamentos de uso permanente [documentos comprovativos dos últimos três meses], etc.);
- Documento onde conste o cálculo da comparticipação a liquidar ao Lar;
- Registo de ocorrência de situações anómalas, nomeadamente, ausências periódicas ou prolongadas, hospitalização, doença, alterações de comportamento;
- Identificação e contato do representante pelo acolhimento do utente ou dos familiares;
- Plano Individual de Cuidados (PIC);

b) Área da Saúde:

- Fotocópia do cartão de Utente do centro de saúde;
- Identificação e contato do médico assistente;
- Relatório do Médico assistente, com indicação da situação de saúde e da comprovação clínica do Utente;
- Outros documentos médicos e informações de saúde que sejam pertinentes e necessárias ao acompanhamento do Utente no Lar.

c) Área Jurídica:

- O Utente e/ou o responsável pelo seu acolhimento, deverão assinar um contrato de prestação de serviços e alojamento com a Misericórdia, donde constem obrigatoriamente os serviços a prestar por esta, a responsabilidade individual e solidária quanto às despesas a suportar pelo Utente, bem como a comparticipação mensal para com o Lar, sujeitando-se o Utente e o responsável às atualizações do valor do Rendimento *Per Capita* ou aos montantes definidos pela Mesa Administrativa no início de cada ano civil;

CAPÍTULO III

COMPARTICIPAÇÕES

Artigo 19.º (Determinação da Comparticipação)

Na determinação das comparticipações dos utentes deverão ser observados os seguintes princípios:

**Regulamento Interno****LAR RESIDENCIAL**

- *Princípio da universalidade* – os equipamentos/serviços devem prever o acesso e integração de utente de todos os níveis socioeconómicos e culturais, embora privilegiando os mais desfavorecidos ou em situação de maior vulnerabilidade.

- *Princípio da justiça social* – pressupõe a existência de uma proporcionalidade no cálculo da comparticipação, para que os utentes que tenham rendimentos mais baixos paguem comparticipações inferiores.

- *Princípio da proporcionalidade* – a comparticipação de cada Utente deve ser determinado de forma proporcional ao seu rendimento.

O apuramento comparticipação do utente, pela utilização da resposta social de LRE, é determinada pela aplicação de uma percentagem sobre o seu rendimento “per capita” de acordo com a circular normativa nº4 de 16.12.2014 por despacho do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Resposta Social	Percentagem de rendimento per capita	
	Mínima	Máxima
Lar Residencial	75%	90%
Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais (frequência das duas respostas)	35%	60%

Sempre que o valor da comparticipação familiar seja apurada seja inferior a 90% dos rendimentos do utente, a comparticipação familiar a aplicar é de 90%.

Quando o utente frequente o Lar e o CAO, em simultâneo, o somatório das duas percentagens de comparticipação, aplicadas a cada resposta social, não pode exceder os 100%.

O Lar Residencial pode prestar outros serviços não abrangidos pelo Acordo de Cooperação, e que não estão incluídos na mensalidade, que são pagos pelo utente mediante preçário, devidamente afixado

Dependendo do rendimento per capita, são aplicadas as seguintes percentagens:



Tabela de comparticipação dos utentes/familiares

Percentagem	Rendimento Per Capita
75%	Até 159€
80%	159€ a 265€
85%	265 a 371€
90%	371 a 530€

Relativamente aos utentes que, dentro da capacidade definida, não se encontram abrangidos por acordo de cooperação, é livre a fixação do valor da comparticipação até ao custo real por utente verificado no ano transacto, sendo negociados caso a caso.

Artigo 20.º (Cálculo do Rendimento Per Capita)

O cálculo do rendimento "per capita" do agregado familiar é realizado de acordo com o disposto na Circular Normativa nº4 de 16.12.2014 da DGAS, com a seguinte fórmula:

$$RC = \frac{\frac{RAF}{12} - D}{n}$$

Sendo:

RC= Rendimento *per capita* mensal

RAF= Rendimento do utente (anual ou anualizado)

D= Despesas mensais fixas¹

N= Número de elementos

Artigo 21.º**(Prova dos rendimentos e despesas do Agregado Familiar)**

A prova dos rendimentos do agregado familiar é feita mediante a apresentação da declaração de IRS, respetiva nota de liquidação e outros documentos comprovativos da sua real situação. Sempre que haja dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, e após efetuarem as diligências que considerem adequadas, pode a Misericórdia convencionar um montante de comparticipação do utente.



A falta de entrega da declaração de IRS, respetiva nota de liquidação e outros documentos comprovativos da real situação do agregado familiar, no prazo concedido para o efeito, determina a fixação da comparticipação familiar máxima.

A prova das despesas fixas do utente é efetuada mediante a apresentação dos respetivos documentos comprovativos referentes aos três meses anteriores à admissão.

Subsecção I

Comparticipação financeira de Utentes Abrangidos pelo Acordo de Cooperação

Artigo 22.º (Comparticipação do Utente)

As mensalidades serão revistas anualmente pela Mesa Administrativa, tendo em conta o disposto no Compromisso de Cooperação em vigor.

Os Complementos por Dependência fazem parte do rendimento do utente para o cálculo do rendimento *per capita*.

As despesas com vestuário, medicamentos, fraldas, algalias, sacos de urina ou colostomia, intervenções cirúrgicas e/ou internamento hospitalar, deslocações e chamadas telefónicas, realizadas pelo Utente ou por sua conta, assim como as inerentes ao seu falecimento e as adicionais com atividades ocupacionais (realizadas no exterior), são da responsabilidade do utente ou pessoa responsável pelo internamento no LRE.

A comparticipação do Utente é mensal e deverá ser liquidada entre o 5º e o 15º dia útil do mês a que se refere, sendo a primeira no ato de admissão, nos serviços administrativos ou por transferência bancária.

As ausências do utente, por motivo de doença ou férias com duração consecutiva igual/superior a quinze dias, conferem o direito à redução de 10% e igual ou superior a 30 dias uma redução de 25% sobre a mensalidade.

Sempre que devidamente justificado, o pagamento poderá ser efetuado até ao dia 30 de cada mês. Caso isto não se registe, a mensalidade será acrescida de uma penalização de 10% no mês seguinte.

A falta de pagamento por um período igual ou superior a 90 dias, após análise da causa do atraso pela Mesa Administrativa, poderá ser motivo para exclusão da resposta social.

Iniciando-se a frequência do LRE na primeira quinzena do mês, o Utente é responsável pelo pagamento da totalidade da mensalidade, mas só deverá retribuir metade da mesma no caso da frequência se iniciar na segunda quinzena do mês.



Decorrendo o falecimento do utente na primeira quinzena do mês, será devolvido o valor correspondente à 2ª quinzena do mês, no caso, de o falecimento decorrer na 2ª quinzena, o responsável pelo pagamento, não terá direito a qualquer devolução.

Artigo 23.º (Conceitos)

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se que:

1. **Agregado Familiar** – é o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, afinidade, ou outras situações assimiláveis, desde que vivam em economia comum.
2. **Rendimento Mensal Líquido do Agregado Familiar** – é o duodécimo da soma dos rendimentos anualmente auferidos. Inclui os subsídios de férias e de Natal.

Para efeitos de determinação do montante de rendimento do agregado familiar (RAF), consideram-se os seguintes rendimentos:

1. Do trabalho dependente;
2. Do trabalho independente - rendimentos empresariais e profissionais;
3. De Pensões;
4. De Prestações sociais (RSI, CSI, Subsídio de Desemprego) - excepto as atribuídas por encargos familiares e por deficiência;
5. Bolsas de estudo e formação (excepto as atribuídas para frequência e conclusão, até ao grau de licenciatura);
6. Prediais;

6.1. Consideram-se rendimentos prediais os rendimentos definidos no artigo 8.º do Código do IRS, designadamente:

- a) As rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos, pagas ou colocadas à disposição dos respetivos titulares;
- b) As importâncias relativas à cedência do uso do prédio ou de parte dele e aos serviços relacionados com aquela cedência;
- c) A diferença auferida pelo sublocador entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio;
- d) À cedência do uso, total ou parcial, de bens imóveis e a cedência de uso de partes comuns de prédios.

6.2. Sempre que desses bens imóveis não resultem rendas, ou destas resulte um valor inferior ao determinado nos termos do presente número, deve ser considerado como rendimento o montante igual a 5 % do valor mais elevado que conste da caderneta predial atualizada ou de certidão de teor matricial.



6.3. O disposto no ponto anterior não se aplica ao imóvel destinado a habitação permanente do requerente e do respetivo agregado familiar e dos descendentes de 1º Grau da linha reta ou de quem se encontre à prestação de alimentos, salvo se o seu valor patrimonial for superior a 390 vezes o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), situação em que é considerado como rendimento o montante igual a 5 % do valor que exceda aquele limite

7. De capitais;

7.1. Consideram-se os rendimentos de capitais os rendimentos definidos no artigo 5.º do Código do IRS, designadamente os juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros.

7.2. Sempre que os rendimentos referidos no ponto anterior sejam inferiores a 5 % do valor dos créditos depositados em contas bancárias e de outros valores mobiliários, de que o requerente ou qualquer elemento do seu agregado familiar e dos descendentes de 1º Grau da linha reta ou de quem se encontre à prestação de alimentos sejam titulares em 31 de Dezembro do ano relevante, considera-se como rendimento o montante resultante da aplicação daquela percentagem.

8. Outras fontes de rendimento (exceto os apoios decretados para menores pelo Tribunal, no âmbito das medidas de promoção em meio natural de vida).

Para apuramento do montante do rendimento do agregado familiar consideram-se os rendimentos anuais ou anualizados.

Despesas Fixas – consideram-se despesas mensais fixas do agregado familiar:

- a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido;
- b) Renda de casa ou prestação devida pela aquisição de habitação própria e permanente;
- c) Despesas com transportes, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona de residência;
- d) Despesa com saúde e a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica.
- e) As despesas mensais fixas, a que se refere a alínea b), c) e d) têm como limite máximo o montante da retribuição mínima mensal garantida.

Subsecção II

Comparticipação financeira de Utentes Não Abrangidos pelo Acordo de Cooperação

Relativamente aos utentes que, dentro da capacidade definida, se não encontram abrangidos por acordo de cooperação, é livre a fixação do valor da participação do utente e/ou familiar



até ao valor correspondente ao Custo Médio por Utente, registado no ano transato, e devidamente afixado.

Caso o utente frequente simultaneamente ambas as estruturas, (LR e CAO) e não se encontre abrangido pelo acordo, a instituição é livre de fixar o valor até ao custo real por utente verificado no ano transacto.

CAPÍTULO IV

CONDIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO

Artigo 24.º (Horário de Funcionamento)

O horário de funcionamento dos serviços será:

- a) Das 00.00 às 24.00 horas.

O horário das refeições:

- b) As refeições serão servidas no refeitório do Lar Residencial pelo seguinte horário:
 - Pequeno-Almoço: 08.00h-9.00 horas (aos fins de semana prolonga-se até as 10h)
 - Almoço: 12.15-13.15 horas
 - Lanche: 16.30 horas
 - Jantar: 19.15 horas
 - Ceia: 23 horas

O Utente respeitará os horários das refeições ora estabelecidos, salvo em situações especiais atendíveis pelo Diretor Técnico.

Artigo 25.º (Paridade e Local de Alimentação)

A alimentação é variada, equilibrada e igual para todos, mas o Utente é sempre tratado conforme o seu estado de saúde e de acordo com as disposições correntes na dietética e no nutricionismo.

As refeições são servidas no refeitório do LRE. Só em casos especiais e justificados poderão ser servidas nos quartos.

Artigo 26.º (Proibição de outros alimentos)

Para o regular funcionamento do Lar é proibido aos utentes e as visitas:

- a) Adquirir e trazer para o LRE, bebidas alcoólicas para seu uso ou uso de outros utentes;
- b) Usar nas instalações privativas quaisquer alimentos servidos no refeitório;
- c) Entregar alimentos/bebidas aos utentes sem dar conhecimento aos Colaboradores de serviço.



Artigo 27.º (Visitas)

É livremente facultada a visita de familiares e amigos aos utentes do LRE, contando que se efetive no período diário seguinte:

- **Período da manhã:** das 10.30 às 12.00 Horas

- **Período da tarde:** das 14.00 às 16.00 e das 16.30 às 18.30 Horas

Fora destes horários poderão os familiares/visitantes solicitar autorização prévia ao Diretor Técnico ou a quem o substitui.

Artigo 28.º (Saídas ou pedidos de licença ou dispensa)

1. As saídas são livres, estando apenas subordinadas a um horário próprio, elaborado de acordo com o funcionamento do LRE, e devendo-se acatar o seguinte:
 - a) Os utentes invisuais, mentalmente mais debilitados ou aquela cuja saída, por qualquer limitação física, possa representar risco ou perigo para a sua segurança, só terão competente permissão quando acompanhados por pessoa de família ou amiga que assuma a responsabilidade do seu regresso ao LRE e do seu amparo físico e material;
 - b) Os utentes que estejam sob tratamento ou vigilância clínica só terão autorização de saída desde que obtenham o acordo do Médico de família;
2. Só em casos excecionais, devidamente justificados, mediante autorização do Diretor Técnico, poderá o regresso ao LRE ir além da hora de silêncio.
3. O responsável, deverá avisar no dia anterior a saída do utente.
4. É registado em impresso próprio a saída e a entrada do utente do LRE.

Artigo 29.º (Condições de Alojamento)

1. A Misericórdia ficará com o encargo da limpeza do quarto e de mandar lavar, passar a ferro e passajar todas as roupas, salvo se algum Utente mostrar vontade de o fazer, carecendo neste caso de autorização do Coordenador/ Diretor Técnico.
2. Durante a noite as luzes deverão estar desligadas, mantendo-se apenas as de emergência.
3. Sempre que se considere necessário, os utentes poderão ser transferidos de quarto.
4. Para que a Lar Residencial se apresente limpo e arrumado, é exigido a todos os utentes a máxima colaboração no sentido de se manter o desejado asseio e arrumo.
5. Será obrigatório que todos os utentes tomem banho, obedecendo ao mais rigoroso asseio pessoal e de acordo com o mapa de banhos.

Artigo 30.º (Passeios e deslocações)

Aquando a entrada no LRE, o responsável terá de assinar autorização para saídas e deslocações do utente.



Artigo 31.º (Bens e Contas Correntes)

Aquando da admissão será elaborada a relação dos bens e valores que o Utente traz consigo, a qual será assinada pelo(a) Diretor(a) Técnico(a), pelo próprio, familiar ou responsável, a quem será entregue um duplicado, sendo aquela atualizada sempre que existam entregas ao LRE ou ao respetivo proprietário.

Os objetos entregues, para segurança, serão guardados em cofre existente no LRE ou numa Instituição Bancária.

O Lar Residencial reserva-se o direito de recusar a guarda de objetos pessoais de valor, sempre que se verifique não dispor de condições que salvaguardem a segurança dos mesmos.

No caso, do utente ser considerado clinicamente incapaz de gerir os seus bens e não existirem familiares/representantes disponíveis para o efeito, a Misericórdia assumirá a sua gestão até à nomeação de um tutor.

Os valores e/ou objetos serão entregues sempre que seja solicitado, ao proprietário ou seus herdeiros legais, em caso de falecimento daquele ou saída do LRE.

Todos os utentes terão uma conta corrente, na qual serão registados todos os movimentos efetuados, designadamente todos os montantes recebidos e ou entregues à Misericórdia, bem como todos os débitos efetuados.

Sempre que exista disponibilidade para o efeito, ou inexistir outra solução, o(a) utente pode guardar no cofre do estabelecimento ou noutro da SCMM os objetos de valor, discriminados em lista duplicada, datada e assinada pelo(a) próprio(a) ou pelo(a) seu(sua) representante legal e por quem rececionou os objetos. Um exemplar do documento é guardado na SCMM, sendo o outro entregue ao(à) utente, seu(sua) representante legal ou familiares.

Os bens e valores que constituem espólio do(a) utente, se não forem reclamados no prazo de um ano a contar da data do falecimento pelos(as) herdeiros(as), portadores de Escritura de Habilitação de Herdeiros, são comunicados ao Ministério Público para que este decida o destino dos bens.

Artigo 32.º (Responsabilidade)

O LRE não se responsabiliza por objetos ou valores do Utente que não tenham sido entregues à sua guarda.

Igualmente, o LRE não se responsabiliza por eventuais danos pessoais de qualquer natureza decorrentes ou conexos com a idade ou o estado de saúde física e mental dos utentes.

Artigo 33.º (Familiares e/ou Responsáveis pelos Utentes)

Os familiares e/ou responsáveis obrigam-se a participar no apoio ao utente, sempre que possível, desde que o mesmo contribua para o seu bem-estar e equilíbrio psicoafetivo,



prolongando para isso a sua permanência nas instalações, conforme autorização que lhe for concedida.

Artigo 34.º (Direitos dos Utentes)

Os utentes do LRE têm o direito de:

- a) Usufruir dos serviços constantes deste Regulamento;
- b) Serem tratados com respeito e urbanidade pelos demais utentes, colaboradores e Mesa Administrativa da Misericórdia;
- c) Terem asseguradas condições de bem-estar e qualidade de vida, bem como de respeito pela individualidade e dignidade humana;
- d) Serem ouvidos (ou os seus responsáveis) na tomada de decisões que os possam afetar e participarem na vida social e cultural da comunidade;
- e) Participarem na vida da Misericórdia, nomeadamente, no plano de atividades;
- f) Aceder a elementos lúdicos e audiovisuais, de leitura e bibliográficos, assim como a festas, passeios e visitas a diversas localidades e monumentos;
- g) Terem assegurado boas condições de alojamento, adequadas à sua situação, tanto do ponto de vista físico como moral.

Artigo 35.º (Deveres dos Utentes)

Os utentes do LRE devem:

- a) Cumprir com as normas deste Regulamento;
- b) Pagar as mensalidades durante o mês corrente, pelos serviços prestados;
- c) Evitar conflitos e respeitar os demais utentes e colaboradores;
- d) Participar, na medida dos seus interesses e possibilidades, nas atividades desenvolvidas;
- e) Obedecer à escala estabelecida para tomar banho, na medida em que este é obrigatório para o interesse da saúde do Utente e para que se apresentem sempre limpos e arranjados;
- f) Respeitar a proibição de usar ou acender qualquer lamparina, máquina ou fogão nos quartos;
- g) Zelar pela conservação dos espaços que utilizam no LRE, bem como colaborar para que estes se mantenham com o desejado asseio e arrumo;
- h) Dar conhecimento e reclamar junto do Diretor Técnico de qualquer infração ou irregularidade, cometida ou presenciada, quer relativa a utentes/funcionários quer quanto ao funcionamento dos serviços respetivos funcionários, no sentido de serem tomadas as necessárias providências;



- i) Apresentar perante o Provedor, e/ou Mesário do Pelouro ou Diretor Técnico, sugestões, reclamações ou queixas que porventura entenda subscrever.

Artigo 36.º (Direitos da Misericórdia)

São direitos da Instituição:

- a) Exigir dos utentes o cumprimento do presente Regulamento.
- b) Encaminhamento do utente para outra Resposta Social da Misericórdia ou exterior a esta, que a Legislação considere adequada e quando tal se justifique pela necessidade de preservar a qualidade de vida do utente e dos colaboradores, em articulação com os familiares e ou responsável pelo utente.
- c) Rescisão de Contrato com o utente nos termos do Art. 41º do presente Regulamento.

Artigo 37.º (Deveres da Misericórdia)

A Misericórdia, além das demais obrigações legais ou constantes deste regulamento, obriga-se a:

- a) Garantir o bom e seguro funcionamento da Resposta Social, assegurar o bem-estar e qualidade de vida dos seus utentes e o respeito pela individualidade e dignidade humana;
- b) Proporcionar serviços individualizados e personalizados aos utentes, dentro do âmbito das suas competências;
- c) Assegurar uma estrutura de recursos humanos qualitativa e quantitativamente adequada ao desenvolvimento do Lar Residencial;
- d) Fornecer a cada Utente um exemplar deste Regulamento no ato da respetiva admissão, bem como comunicar as alterações posteriormente introduzidas;
- e) Organizar um processo individual por Utente;
- f) Planificar anualmente as atividades a desenvolver pelo Lar Residencial;
- g) Afixar, em local visível, o nome do Diretor Técnico, o mapa das ementas, turnos e horários de visitas;
- h) Integrar e promover a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da Resposta Social.

Artigo 38.º (Responsável)

O responsável é a pessoa familiar ou não do utente, que assumirá os direitos e deveres titulados pelo utente ou por conta própria, e que se relacionará com a Misericórdia.

A Misericórdia relacionar-se-á para efeitos de relação contratual, apenas com o responsável, prestando unicamente a este quaisquer informações ou esclarecimentos pertinentes.



O Responsável tem os seguintes direitos a:

- a) A que lhe sejam prestadas todas as informações sobre o utente, reservando-se as de natureza confidencial ou sujeitas a reserva da vida íntima do utente, caso em que serão prestadas apenas com o consentimento deste;
- b) A ser recebido pela Direção Técnica do LRE, sempre que o solicite e tal seja justificado;
- c) A efetuar reclamações e sugestões;
- d) Todos os demais direitos atribuídos ao utente que não sejam de natureza pessoal daquele.

O Responsável tem os seguintes deveres:

- a) Responsabilizar-se solidariamente como fiador e principal pagador, renunciando ao benefício da excussão prévia, pelo pagamento de tudo o que vier a ser devido à Misericórdia, pela celebração do contrato de alojamento e prestação de serviços, designadamente o pagamento das comparticipações mensais, demais despesas decorrentes da prestação de serviços e respetivas penalizações, e desde já o seu acordo a todas e quaisquer modificações do montante da comparticipação e penalizações que venham a ter lugar;
- b) Respeitar as cláusulas do contrato e presente regulamento, que não sejam de natureza pessoal do utente, não podendo fazer cessar para si o contrato, sem que seja cessão conjuntamente com o utente;
- c) A prestar todas as informações sobre o utente relevante ao bem-estar e correto acompanhamento daquele, e bem assim colaborar com a Misericórdia na satisfação das necessidades do utente, designadamente, comparecendo sempre que para tal seja solicitado;
- d) A assinar o contrato de prestação de serviços em nome próprio, e ainda como responsável quando por qualquer razão o utente esteja impedido de o fazer.

CAPÍTULO V

DA DISCIPLINA E CESSAÇÃO DE SERVIÇOS

Artigo 39.º (Sanções/Procedimentos)

- 1. Os utentes ficam sujeitos a sanções quando não respeitarem este regulamento e outras determinações em vigor na Misericórdia.



2. As sanções serão aplicadas pela Mesa Administrativa aos utentes incumpridores conforme a gravidade das faltas:
 - a) Advertência;
 - b) Exclusão da Misericórdia.
3. Ficam sujeitos ao cancelamento do seu lugar na Misericórdia os utentes que manifestem sintomas de doença mental, ou comportamento antissocial, que perturbe o bom funcionamento que deve existir na Misericórdia.
4. Procedimentos muito graves, a avaliar pontualmente, poderão ser encaminhamento para o procedimento judicial.

Artigo 40.º (Cessação da Prestação de Serviços)

1. O Contrato de Prestação de Serviços poderá cessar por:
 - a) Acordo das partes ou não renovação, o qual terá de ser reduzido a escrito e indicar a data a partir da qual vigorará;
 - b) Caducidade (falecimento do Utente, impossibilidade superveniente e absoluta de prestação dos serviços, dissolução da Misericórdia ou alteração do seu corpo estatutário, atingido o prazo de acolhimento temporário, ausência do LRE por período superior a 30 dias sem motivo justificado);
 - c) Revogação por uma das partes;
 - d) Incumprimento;
 - e) Inadaptação do Utente.

2. Em caso do Utente ou Responsável pretenderem cessar o contrato, terão de comunicar por escrito a sua decisão à Misericórdia com 30 dias de antecedência.

A não comunicação naquele prazo implicará o pagamento da comparticipação mensal correspondente ao prazo de aviso em falta.

Qualquer dos Outorgantes poderá fazer cessar, com justa causa, o presente contrato por incumprimento dos demais Outorgantes.

Poderá ainda o contrato ser cessado nos primeiros 30 dias da sua vigência por inadaptação do utente, sendo neste caso, devida a comparticipação daquele mês e respetivas despesas.

Considera-se justa causa, nomeadamente:

- a) Quebra de confiança dos Outorgantes;
- b) Existam dívidas à Misericórdia, designadamente, um ou mais mensalidades e respetivas despesas não liquidadas;
- c) Desrespeito pelas regras do LRE, Equipa Técnica ou demais Colaboradores;

Elaboração: Direção Técnica
Sofia Cambo
Data: Março de 2018

Aprovação: Mesa Administrativa
Data: Abril de 2018

Pág. 27/33
Mod. 07 Prt 1. PG 1/Rev. 1



d) Incumprimento pelo Responsável das responsabilidades assumidas pela assinatura do presente contrato.

O Responsável pelo utente não poderá cessar para si o presente contrato sem que o faça cessar em conjunto para o utente.

A rescisão do contrato por justa causa, implica a saída do utente das instalações do Lar Residencial, no prazo máximo de 10 dias, sendo da sua conta e/ou do seu responsável todas as despesas inerentes à sua deslocação para o destino, ficando desde já estabelecido e acordado que a evacuação se processará para a residência do mesmo, do familiar ou do responsável, correndo por conta daquela todas as despesas efetuadas cessar em conjunto para o utente, independentemente do subsequente procedimento judicial de cobrança.

CAPÍTULO VI

PESSOAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 41.º (Quadro de Pessoal)

O quadro de pessoal será estabelecido de modo a garantir a qualidade do desempenho e eficácia dos serviços, tendo por base os indicadores que, com essa intenção, sejam definidos pela Mesa Administrativa da Misericórdia.

Do quadro de pessoal deverá constar o lugar de Direto(a) Técnico(a) a preencher por um(a) Técnico(a) com curso superior, ajudantes de lar, auxiliares de serviços gerais e uma animadora sociocultural durante o fim de semana. O LRE dispõe também de um enfermeiro.

A seleção e recrutamento do pessoal serão da responsabilidade da Mesa Administrativa da Misericórdia;

Deverá estar afixado o organograma da Misericórdia e da Resposta Social, bem como o quadro de pessoal da mesma.

Artigo 42.º (Direção Técnica)

A Direção Técnica do Lar Residencial da Misericórdia deve ser assegurada por um elemento com formação superior técnica e académica adequada, de preferência na área das ciências sociais e do comportamento, saúde ou serviços sociais, que nos termos do Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de Março, cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em lugar visível.